



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida nos termos da Resolução nº. 11.535/TCM-PA, de 01 de julho de 2014, e suas alterações, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente o Processo discriminado a seguir:

PROCESSO Nº: **6/2021-1401001**

MODALIDADE: **INEXIGIBILIDADE**

UNIDADE GESTORA: **PREFEITURA MUNICIPAL**

CONTRATADA: **MAIA PRODUÇÃO DE SOFTWARES LTDA ME**

VALOR TOTAL: **R\$ 55.200,00 (Cinquenta e cinco mil, duzentos reais)**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E LOCAÇÃO SOFTWARE PARA CONTROLE DE ARRECADAÇÃO E EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2021.

Verificou-se, que o presente processo em análise foi devidamente formalizado e autuado em volume único com numeração sequencial, iniciou-se por meio de expediente administrativo, contendo justificativa da necessidade e do preço, informação de dotação orçamentária pertinente e atestados de capacidade técnica emitidos por outros órgãos públicos.

Também consta nos autos, que a Assessoria Jurídica Municipal emitiu parecer favorável acerca da legalidade e regularidade do processo de inexigibilidade, conforme Parecer Jurídico nº 06/2021.

Portanto, com base nas regras insculpidas na Lei n.º 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o Processo encontra-se: **(X)** Revestido de todas formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que o Processo Licitatório supramencionado se encontra em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução da referida contratação. Por fim, declaro estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos.

Dom Eliseu, 21 de janeiro de 2021.

Paulo Bruno da Silva Arruda
Controlador Interno de Dom Eliseu
Decreto Municipal nº 014/2021/GP
Assinatura Digital: